

**Intervenção do Ministro das Finanças  
na Comissão de Orçamento e Finanças  
na audição ao abrigo do regimento da AR**  
Assembleia da República, 14 de setembro de  
2022

Senhor

Presidente da Comissão de Orçamento e  
Finanças

Senhoras e Senhores deputados,

Enfrentamos tempos de exigência. A Europa vive há seis meses com uma guerra dentro de portas. Um conflito que repudiamos e que gera, acima de tudo, uma crise humanitária à qual não queremos ser, nem somos, indiferentes.

Mas esta é também uma guerra que não se trava só no terreno: prolonga-se pelas economias. É uma guerra em que o gás e os alimentos têm sido usados como arma e que, por isso mesmo, imprime custos severos às nossas populações. É importante reconhecê-lo: os bens essenciais estão mais caros. Vemo-lo na conta do supermercado, quando abastecemos na bomba de combustível, quando pagamos as faturas do gás ou da luz.

Em poucos meses, as taxas de inflação na União Europeia, e em Portugal também, saltaram de patamares em torno de 2% para patamares acima dos 7%. As previsões da generalidade das instituições foram sucessivamente ultrapassadas. E Portugal não está, ainda assim, na posição mais exigente no

plano europeu – onde, note-se, há parceiros onde a inflação supera os 20%!

Esta é uma realidade que é preciso assumir na sua gravidade, sem rodeios. Não depende nós, mas a verdade é que enfrentamos um período de perturbações na disponibilidade de alguns bens essenciais, dos quais destaco, naturalmente, os energéticos. E é também verdade que não sabemos por quanto tempo mais tempo mais vamos permanecer nesta conjuntura.

Neste momento, o que sabemos é que o contexto externo está a tornar-se mais difícil. Ainda na semana passada, o BCE tomou decisões muito impactantes ao nível da política monetária e reviu em baixa as suas expectativas

de crescimento para a área do euro de 2,1% para 0,9%.

É por isso que o papel do Estado, e do Governo enquanto decisor político, se torna tão determinante.

É preciso encontrar o equilíbrio entre aliviar o peso da inflação no presente e a proteção do nosso futuro.

Este é o caminho certo. Só temos capacidade de resposta porque, mesmo depois de uma pandemia, temos uma economia que cresce e com contas certas.

O aumento do PIB vai superar as nossas expectativas de abril e deverá atingir mais de 6%

este ano. Chegaremos ao final de 2022 com um nível de atividade acima do que tínhamos no pré-pandemia e, comparativamente à média da zona euro, melhor posicionados.

O nosso turismo, mas também a nossa indústria, estão a responder bem. O mercado de trabalho permanece robusto. O emprego está ao nível mais elevado desde 2008 e temos hoje mais de 100 mil empregos do que tínhamos no pré-pandemia.

À resiliência da economia e do mercado de trabalho, juntam-se as finanças públicas controladas. As contas continuam certas. Esta é uma garantia de segurança para o futuro e da qual não vamos – e não podemos - abdicar.

Reduziremos a dívida pública para valores inferiores a 120% do produto, registando a terceira maior redução na União Europeia – no que é um passo de gigante para retirar Portugal do pódio dos países mais endividados. A meta exigente que projetámos no Orçamento do Estado, de reduzir o défice orçamental de 2,8 para 1,9% do produto será cumprida. E o cumprimento das metas orçamentais faz-se reforçando o apoio a famílias e empresas para enfrentar a conjuntura.

Senhoras e senhores deputados,

Apresentámos na semana passada um plano de melhorias dos rendimentos e de resposta ao aumento dos preços que coloca as famílias em

primeiro lugar. No valor de 2,4 mil milhões de euros, o equivalente a 1% do PIB, um montante que acresce aos 1.682 milhões de euros já definidos ao longo deste ano com outras medidas de mitigação do impacto da inflação dirigidas a famílias e empresas. Ou seja, só na resposta à inflação estamos a mobilizar mais de quatro mil milhões de euros este ano.

Ao contrário do que alguns afirmam, este programa devolve todo o IVA adicional que o Estado arrecadou em virtude da inflação.

Recupero algumas das medidas adotadas pelo Governo e que começarão a chegar às famílias dentro de poucas semanas:

- Vamos atribuir um apoio de 125 euros a todas as pessoas com rendimentos anuais até 37.800 euros, o equivalente ao dobro do ganho médio em Portugal. Este apoio também será atribuído aos beneficiários de prestações sociais e traduz-se, para uma família com dois filhos, num apoio de 350 euros.
- Apoiaremos todas as crianças e jovens com 50 euros, sem quaisquer limites ou restrições.
- Reforçaremos o rendimento dos pensionistas, pagando-lhes já, quando mais precisam para enfrentar a subida do custo de vida, um apoio de valor equivalente a meia pensão. Para o ano, garantimos nova atualização das pensões.
- Vamos baixar novamente os impostos na eletricidade, reduzindo o IVA para os

consumos domésticos, abrangendo 87% dos consumidores.

- Voltamos a dar a alternativa do mercado regulado no gás, para assegurar preços mais baixos à população.
- Adicionalmente, garantimos uma redução média de 30 cêntimos no custo do litro de combustível, o que corresponde a uma poupança de cerca de 15 euros por cada depósito de 50 litros.
- Para 2023, limitámos a subida das rendas a 2%, sem esquecer de compensar os senhorios.
- E congelámos os preços nos transportes públicos, depois de reduções anteriores, porque queremos promovê-los como alternativa ao carro para termos uma mobilidade mais limpa e sustentável.

Podíamos e devíamos ir mais longe? Respondo com clareza: vamos até onde podemos ir.

Estamos a fazer um esforço orçamental grande, protegendo rendimentos e atuando com a margem que conseguimos ter. Sejam claros: dada a dimensão do embate, não há nenhum governo no mundo capaz de anular as subidas de preços que registamos. E dizer diferente é desconhecimento ou ilusão.

A margem que temos e que estamos a utilizar é a margem de credibilidade conquistada, tão bem espelhadas nas melhorias de rating da República decididas já este ano e em plena crise, primeiro pela DBRS e agora pela Standard & Poor's.

E esta é mais uma conquista que deve ser valorizada. Portugal paga hoje juros mais baixos do que vários países vizinhos, e isso deve-se ao crescimento e ao rigor orçamental que fundamentam as subidas de rating. Parece pouco tangível, mas não é: são estes juros que depois se refletem e limitam as subidas no custo do financiamento exigido às empresas e às famílias.

Senhoras e senhores deputados,

A garantia que o governo dá a todas as famílias e empresas é a de que continuaremos a apoiar os rendimentos, não colocando em causa a nossa solidez financeira enquanto país, porque



queremos manter sempre a margem para podermos atuar em qualquer circunstância.

Responsabilidade no presente, segurança para o futuro. Assim decidimos e assim continuaremos.

Obrigado.